Bayer

BAYER S.A. e CONTROLADAS

São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Relatório da Administração

A Bayer teve sucesso estratégico e operacional no último ano. "Entregamos em 2019 e cumprimos nossas promessas em todas as áreas", disse Werner Baumann, presidente do Conselho de Administração, durante o Financial News Conference em Leverkusen. As vendas do grupo aumentaram 3,5% em uma base ajustada pela moeda e pelo portfólio (ajuste cambial e portfólio), para 43,545 bilhões de euros no ano passado. Em uma base relatada, as vendas aumentaram 18,5%. O EBITDA antes dos itens especiais aumentou 28,3%, para 11,503 bilhões de euros, após dedução dos efeitos cambiais negativos de 43 milhões de euros. Além disso: • O lucro por ação principal aumentou 14,3%, para 6,40 euros; • O lucro líquido aumenta 141,4%, para 4.091 bilhões de euros - ganho de 1.637 bilhões de euros com a venda da participação da Currenta; • Fluxo de caixa livre de 4,214 bilhões de euros acima das expectativas; • Portfólio contínuo, medidas estruturais e de eficiência implementadas com sucesso. **Crop Science:** Nos negócios agrícolas (Crop Science), a Bayer aumentou as vendas em 1,4% (câmbio e ajuste de portfólio) para 19,832 bilhões de euros. Esse desenvolvimento deveu-se principalmente ao crescimento na América Latina, enquanto os negócios na América do Norte estavam no nível do ano anterior, apesar das inundações e das fortes chuvas no Centro-Oeste dos Estados Unidos na primeira metade do ano. O EBITDA antes dos itens especiais da Crop Science avançou 80,9%, para 4.796 bilhões de euros. O aumento foi atribuído principalmente à contribuição dos lucros dos negócios recém-adquiridos e à realização de sinergias à medida que sua integração progrediu. **Pharmaceuticals:** As vendas de medicamentos sujeitos a prescrição médica aumentaram 5,6% (Ajustes cambiais e portfólio), para 17,962 bilhões de euros. O crescimento na China permaneceu forte, enquanto o anticoagulante oral Xarelto™ e o medicamento oftalmológico Eylea™ novamente proporcionaram ganhos substanciais de vendas, com ambos os produtos subindo 12,6% (ajuste cambial e portfólio). O Xarelto™ se beneficiou principalmente dos volumes expandidos na China, Rússia e Europa, enquanto o Eylea™ apresentou um desenvolvimento particularmente forte na região da Europa/Oriente Médio/África, especialmente no Reino Unido e Alemanha e no Japão. A Bayer também registrou ganhos substanciais nas vendas de seu medicamento contra câncer Stivarga™ (ajuste cambial e portfólio: 27,3%) e o tratamento da hipertensão pulmonar Adempas™ (ajuste cambial e portfólio: 14,4%). Enquanto as vendas do Adempas™ foram impulsionadas pelo desenvolvimento positivo nos Estados Unidos, o Stivarga™ se beneficiou principalmente do aumento de volumes na China. **Consumer Health:** A Bayer aumentou as vendas de produtos de autocuidado (Consumer Health) em 2,6% (ajuste cambial e portfólio), para 5,462 bilhões de euros. Após o ajuste para efeitos de moeda e portfólio, a divisão aumentou as vendas em todas as categorias e em três das quatro regiões. O crescimento das vendas foi mais forte nas categorias Alergia e Resfriado (ajuste de FX e portfólio: 5,0%) e Dermatologia (ajuste de FX e portfólio: 3,8%). **Sobre a Bayer:** A Bayer é uma empresa global focada em Ciências da Vida nas áreas de saúde e nutrição. Seus produtos e serviços são desenvolvidos para beneficiar pessoas apoiando-as para superar os maiores desafios apresentados pelo crescimento e envelhecimento populacional. Além disso, a companhia visa criar valor por meio da inovação e crescimento. A Bayer é comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e a marca Bayer representa confiança, credibilidade e qualidade ao redor do mundo. No ano fiscal de 2019, com cerca de 104 mil colaboradores, obteve vendas de € 43.5 bilhões. Os investimentos totalizaram € 2,9 bilhões e as despesas com Pesquisa & Desenvolvimento somaram € 5,3 bilhões. Para mais informações, acesse www.bayer.com.br.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	228.227	126.984	644.273	354.251
Contas a receber	6	4.533.107	4.882.039	5.312.840	4.533.107
Estoques	7	2.248.965	2.120.805	1.902.025	2.248.965
Impostos a recuperar	8	195.663	268.592	231.648	196.111
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	36.604	60.431	10.224	36.604
Outros ativos		115.186	129.508	113.813	115.610
Ativo mantido para venda	11	137.658	–	–	137.658
Total do ativo circulante		7.495.410	7.588.359	8.214.823	7.622.306
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber	6	1.596	99.547	92.265	1.596
Impostos a recuperar	8	157.613	18.094	23.251	157.613
Depósitos judiciais	17	137.048	153.031	166.324	137.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.170.376	1.214.902	1.170.476	1.167.464
		1.466.633	1.485.574	1.452.316	1.463.721
Investimentos	12	24.701	8.917	7.048	11.068
Imobilizado	13	584.680	594.575	805.678	584.880
Intangível	14	15.563	14.663	196.973	17.964
Total do ativo não circulante		2.091.577	2.103.729	2.462.015	2.077.633
Total do Ativo		9.586.987	9.692.088	10.676.838	9.699.939

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Fornecedores		231.816	732.588	250.230	258.142
Fornecedores - partes relacionadas	10	745.775	763.555	297.823	632.651
Empréstimos e financiamentos	15	207.768	271.150	157.198	207.768
Empréstimos - partes relacionadas	10	1.810.866	2.570.207	5.765.454	1.810.866
Salários e encargos sociais		187.915	240.532	201.684	189.662
Impostos, taxas e contribuições		120.798	51.958	79.068	121.221
Provisões diversas	16	1.558.611	1.289.317	1.037.889	1.750.238
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	62.302	4.747	90.289	62.302
Outros passivos		154.571	62.157	52.760	156.926
Passivos diretamente associados aos ativos mantidos para a venda	11	42.586	–	–	42.586
Total do passivo circulante		5.123.008	5.986.211	7.932.395	5.232.362
Não Circulante					
Empréstimos - partes relacionadas	10	830.000	558.482	–	830.000
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	107.835	84.021	147.235	107.835
Provisão para assistência médica	18.b	376.118	310.487	276.976	376.118
Outros passivos		5.328	5.054	16.533	5.784
Total do passivo não circulante		1.319.281	958.044	440.744	1.319.737
Patrimônio Líquido	19				
Capital social		1.633.002	1.633.002	1.308.041	1.633.002
Reservas de lucros		1.554.936	1.158.071	1.068.706	1.554.936
Ajustes de avaliação patrimonial		(43.240)	(43.240)	(73.048)	(43.240)
Patrimônio líquido dos controladores		3.144.698	2.747.833	2.303.699	3.144.698
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	3.142
Total do patrimônio líquido		3.144.698	2.747.833	2.303.699	3.147.840
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.586.987	9.692.088	10.676.838	9.699.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros do exercício	Patrimônio líquido dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		1.308.041	145.057	1.049.181	(44.604)	–	2.457.675	–	2.457.675
Adoção inicial do IFRS 09/CPC 48	6	–	–	(187.125)	–	–	(187.125)	–	(187.125)
Efeitos tributários da adoção inicial		–	–	63.623	–	–	63.623	–	63.623
Ajustes de reapresentação	2.22	–	–	(30.474)	–	–	(30.474)	–	(30.474)
Saldos em 1º de Janeiro de 2018		1.308.041	145.057	895.205	(44.604)	–	2.303.699	–	2.303.699
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	510.410	510.410	–	510.410
Resultados abrangentes		–	–	–	(8.931)	–	(8.931)	–	(8.931)
Aumento de capital	19	324.961	–	–	–	–	324.961	–	324.961
Juros sobre o capital próprio	10	–	–	(382.306)	–	–	(382.306)	–	(382.306)
Reserva legal		–	25.521	–	–	(25.521)	–	–	–
Transferência para reserva de lucros		–	–	474.594	10.295	(484.889)	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		1.633.002	170.578	987.493	(43.240)	–	2.747.833	–	2.747.833
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	595.577	595.577	1.125	596.702
Resultados abrangentes		–	–	–	(31.654)	–	(31.654)	–	(31.654)
Juros sobre o capital próprio	10	–	–	(167.058)	–	–	(167.058)	–	(167.058)
Reserva legal		–	29.779	–	–	(29.779)	–	–	–
Transferência para reserva de lucros		–	–	534.144	31.654	(565.798)	–	–	–
Aumento de participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	2.017	2.017
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		1.633.002	200.357	1.354.579	(43.240)	–	3.144.698	3.142	3.147.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controlada 2019	Controlada 2018 (Reapresentado)	Consolidado 2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro do exercício antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas		809.455	548.138	813.492
Ajustes ao lucro:				
Depreciação e amortização	21	93.014	105.396	93.141
Resultado de equivalência patrimonial	12	(6.652)	(1.871)	(2.150)
Baixa por venda de bens do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	15.100	402.748	15.100
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6	(105.801)	(71.173)	(105.801)
Ajuste a valor presente	6	(26.766)	(14.867)	(26.766)
Provisão para obsolescência dos estoques	7	52.379	37.883	52.379
Provisão (reversão de provisão) para passivos tributários, cíveis e trabalhistas e atualização monetária	17	33.945	(35.631)	33.945
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	22	18.993	(60.640)	18.993
Provisão para desinvestimento Animal Health	13 e 14	–	1.337	–
Provisão para não reconhecimento de vendas no período	6 e 7	(29.533)	4.414	(29.533)
Provisão para incentivos de campanha de vendas	16	961.924	941.024	1.074.540
Provisão para devolução de vendas	16	355.868	414.648	355.868
Provisão para PPR, performance		16.777	18.299	16.777
Juros sobre empréstimos e atualização do plano de assistência médica	15 e 18	280.780	367.840	280.780
Variação de ativos e passivos:				
Contas a receber	6	583.673	(234.632)	583.673
Estoques	7	(290.954)	(242.405)	(290.954)
Depósitos judiciais		14.976	10.534	14.976
Impostos a recuperar	8	(66.590)	(31.787)	(67.038)
Instrumentos financeiros derivativos		62.389	(75.109)	62.389
Outros ativos		1.201	(15.693)	777
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas		(498.791)	938.620	(585.967)
Salários e encargos sociais		(45.060)	25.131	(42.858)
Impostos taxas e contribuições		19.992	10.809	20.415
Pagamentos associados a processos tributários, cíveis e trabalhistas	17	(9.124)	(24.824)	(9.124)
Benefícios pagos a empregados	18	(15.884)	(14.370)	(15.884)
Campanhas e incentivos de vendas	16	(1.016.341)	(538.349)	(937.330)
Outros passivos e provisões diversas		3.885	(458.112)	6.352
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de juros		1.212.855	2.007.358	1.330.192
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		(104.197)	(114.196)	(104.197)
Juros pagos		(249.146)	(422.027)	(249.146)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		859.512	1.471.135	976.849
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisições de investimentos	12	(9.132)	–	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(111.669)	(106.598)	(114.397)
Ingresso de caixa advindo das vendas de ativo imobilizado e intangível		19.590	725.519	19.590
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(101.211)	618.921	(94.807)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de empréstimos - partes relacionadas	10 e 15	(4.410.000)	(10.145.000)	(4.410.000)
Captações de empréstimos - partes relacionadas	10 e 15	3.920.000	7.595.000	3.920.000
Juros sobre capital próprio	19	(167.058)	(57.345)	(167.058)
Participação dos acionistas não controladores na constituição de "joint venture"		–	–	2.283
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(657.058)	(2.607.345)	(654.775)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		101.243	(517.289)	227.267
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		126.984	644.273	126.984
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		228.227	126.984	354.251
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		101.243	(517.289)	227.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019
Operações Continuadas				
Receita Operacional Líquida	20	8.503.455	7.601.026	8.294.683
Custo dos Produtos Vendidos	21	(5.392.268)	(5.226.418)	(5.393.173)
Lucro Bruto		3.111.187	2.374.608	2.901.510
Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas comerciais	21	(1.640.008)	(1.482.998)	(1.420.021)
Despesas gerais e administrativas	21	(629.590)	(642.009)	(633.242)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(22.477)	210.364	(22.477)
Equivalência patrimonial	12	6.652	1.871	2.150
Lucro antes do Resultado Financeiro		825.764	461.836	827.920
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	22	449.056	856.332	450.986
Despesas financeiras	22	(450.672)	(762.501)	(450.721)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		824.148	555.667	828.185
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Correntes	9.1	(153.045)	(76.277)	(153.045)
Diferidos	9.1	(60.833)	38.549	(63.745)
		610.270	517.939	611.395
Operações Descontinuadas				
Perda Referente às Operações Descontinuadas	11	(14.693)	(7.529)	(14.693)
Lucro Atribuível a				
Proprietários da controladora		595.577	510.410	595.577
Participações de acionistas não controladores em controladas		–	–	1.125
		595.577	510.410	596.702
Lucro por ação - básico e diluído (em reais - R$)	19.d	0,2553	0,2442	0,2557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	595.577	510.410	596.702
Outros Componentes do Resultado Abrangente			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	(31.654)	(10.295)	(31.654)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
"Hedges" de fluxo de caixa, líquidos dos impostos	–	1.364	–
Total do Resultado Abrangente do Exercício	563.923	501.479	565.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Bayer S.A. ("Companhia") tem sua sede localizada na Rua Domingos Jorge, 1.100, Socorro, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Possui como controlador final a Bayer AG, sediada na Alemanha, cujas ações estão listadas na Bolsa de Frankfurt. A Companhia opera no Brasil há 124 anos e tem suas operações, preponderantemente, focadas nas áreas de saúde e agronegócios. A Companhia está atualmente organizada em três divisões: Pharmaceuticals, Consumer Health ("Consumer") e Crop Science. A divisão Pharmaceuticals se pauta na comercialização de medicamentos com receita médica, especialmente para a saúde das mulheres e cardiologia, assim como nas áreas terapêuticas de oncologia, hematologia e oftalmologia. A divisão também inclui a unidade de negócios de radiologia, que comercializa equipamentos de imagem e diagnóstico, juntamente com os agentes de contraste. A divisão Consumer Health é constituída pela comercialização de medicamentos isentos de prescrição tais como analgésicos, antialérgicos, gripes e resfriados, dermatologia, nutrição entre outros. A divisão Crop Science é fortemente dedicada na formulação de defensivos agrícolas em geral, como inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros produtos químicos correlatos para a agricultura e pecuária. Em 19 de março de 2019 foi constituída a Rede Agro Fidelidade e Intermediações S.A., uma "joint venture" entre Bayer S.A. e a Bravium Comércio Ltda., tendo como objetivo administrar o programa de fidelidade da Bayer e de outras empresas e

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

adicionalmente ter uma plataforma digital para compra e venda de insumos, na qual os distribuidores e cooperativas abrem suas lojas online para que o produtor possa comprar seus insumos e provendo a possibilidade de acesso a linhas de crédito e realizando o pagamento com seus grãos. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 12 de junho de 2020. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e investimentos, que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** A controlada Rede Agro Fidelidade foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. As demais controladas não foram incluídas por serem empresas dormentes e com investimentos imateriais. Contudo, os investimentos foram tratados pelo método de equivalência patrimonial no balanço da Controladora, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os principais procedimentos de consolidação adotados pela Companhia são: (a) Soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil. (b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas. (c) Eliminação dos saldos das contas de investimento nas controladas. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez e com risco insignificante de mudança em seu valor justo. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até as datas dos balanços. **2.5. Ativos e passivos financeiros: 2.5.1. Ativos financeiros: Classificação:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros ativos". **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido da variação do valor justo é reconhecido diretamente no resultado. **Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes:** São inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, as variações no valor contábil desses ativos são reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes a depender de sua natureza. **Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para o contas a receber de clientes, o mesmo é avaliado inicialmente pelo valor presente e deduzidas da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será: **(i) Custo amortizado:** Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **(ii) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **(iii) Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes:** As variações no valor contábil desses ativos decorrentes de ganhos ou perdas cambiais, ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, e receita de juros calculada usando o método da taxa de juros efetiva são reconhecidas no resultado. Todas as outras variações no valor contábil desses ativos são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas que consiste na contabilização das perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. **2.5.2. Passivos financeiros: Classificação:** Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são classificados como custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos, e valor justo pelo resultado por meio do resultado, representado pelos derivativos. **Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e fornecedores). **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: **(i) Custo amortizado:** São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. **(ii) Valor justo por meio do resultado:** Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de preços de commodities e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e contratos de commodities a termo, além de swaps de moedas e commodities. A nota explicativa nº 24.3 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". **2.7. Contabilização de "hedge":** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge", incluindo derivativos, derivativos embutidos e não derivativos relacionados a risco com moeda estrangeira como "hedge" de valor justo ou "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como "hedges" de fluxo de caixa. **2.7.1. "Hedges" de valor justo:** Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objeto de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de "hedge" e no item objeto de "hedge" atribuível ao risco de "hedge" são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de "hedge". A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente e cancelada a relação de "hedge", quando o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data. **2.7.2. "Hedges" de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das mudanças no valor justo de derivativos designados e qualificados como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. A contabilização de "hedge" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.8. Contas a receber de clientes:** Avaliadas inicialmente pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O valor presente é calculado com base na taxa de juros SELIC. A quantificação do ajuste a valor presente para contas a receber e receitas de venda é efetuada com base exponencial "pro rata" dia, sendo as reversões dos juros descontados apropriadas à rubrica "Receitas financeiras". Contas a receber de clientes vinculados com certificados do produtor rural (Cédulas do Produtor Rural - CPRs) pela modalidade de barter pós-fixados são registrados à valor justo pelo resultado de acordo com o correspondente produto agrícola e condições contratadas. A Companhia contrata instrumentos de "hedge" para proteção para a oscilação dos preços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.3. Com relação a provisão para perdas de crédito, além da constituição de uma reserva para títulos a receber de clientes onde o credor não honrou sua obrigação e casos de cobrança jurídica (litigiosa), a Companhia também analisa o risco da expectativa futura de perda de títulos a vencer. A análise consiste no cálculo de um percentual de risco para 3 categorias de clientes (alto, médio e baixo risco). Tal percentual é calculado pela área de Finanças Corporativa do Grupo, sediada em Leverkusen Alemanha, e cada país recebe anualmente seus percentuais a serem adotados. A carteira de clientes por divisão é classificada por categoria de risco por sua respectiva área de crédito e cobrança, permitindo então que os percentuais sejam aplicados. Ao final, a provisão para liquidação de créditos duvidosos passa ser composta de dois grandes elementos: • Para primeiro elemento refere-se a "incurred losses" (ou "perdas ocorridas") onde a Companhia classifica seus títulos entre renegociações vencidas e processos judiciais 100% provisionados. • Para o segundo elemento consideramos risco de perda futura de títulos a vencer, denominados de ECL ("expected credit loss" ou perda de crédito esperada) classificados entre baixo, médio ou alto risco. **2.9. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo ou valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou fabricação. O custo de fabricação compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos estimados necessários para efetuar a venda. Os materiais de suprimentos são registrados com base no custo de aquisição e baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou da obsolescência. As importações em trânsito são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Quando há incerteza sobre a realização dos estoques da Companhia, por obsolescência ou falta de mercado ativo, é constituída provisão para estoques que não apresentam possibilidades reais de comercialização. **2.10. Depósitos judiciais:** Apresentados no ativo não circulante pelo valor histórico atualizado monetariamente por juros e, nos casos em que existam passivos ou provisões, o depósito correspondente é registrado como redutor do saldo até a conclusão do respectivo processo judicial, conforme descrito na nota explicativa nº 17. **2.11. Investimentos em controladas e coligadas:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação implique em evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas companhias. Os detalhes das controladas e coligadas estão apresentados na nota explicativa nº 12. **2.12. Imobilizado:** Os itens do imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, demonstrado na nota explicativa nº 13. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos diretamente atribuíveis aos projetos e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados durante a fase de construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas em categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não são depreciados. Os reparos e a manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.13. Ativos intangíveis: Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A Administração pretende concluir o software e usá-lo. • O software pode ser usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis são capitalizados como parte do produto de software. Critério similar é adotado para custos relacionados aos prestadores de serviços (consultores), em que somente os gastos de honorários aplicáveis ao desenvolvimento técnico são tratados como custos de capitalização do software. Os gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Marcas e patentes:** As marcas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **Ágio:** O ágio relacionado a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 2007, registrado com base na expectativa de resultados futuros e com vida útil indefinida, foi amortizado no prazo de cinco anos até 31 de dezembro de 2008, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, cessando essa amortização a partir de 1º de janeiro de 2009. Anualmente, o saldo líquido do ágio é comparado com o valor líquido recuperável e, se for o caso, uma provisão para perdas é reconhecida. **2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Anualmente, ou à medida que surjam indícios de perda de valores em intervalos menores, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. Quando aplicável, a reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação ao ágio, não é permitida a reversão do ajuste por perda após o seu registro. **2.15. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real (R$), por refletir mais adequadamente o ambiente econômico de atuação da Companhia e de suas controladas. A moeda de apresentação também é o real (R$). **2.16. Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio para a moeda funcional vigentes na data de cada transação. Os itens monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes nas datas dos balanços, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Os itens não monetários adquiridos em moeda estrangeira têm seu custo histórico determinado na moeda funcional (real - R$) com base na taxa vigente na data da aquisição. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.17.1. Reestruturações:** A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa. **2.18. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.19. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos no resultado corrente, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quanto houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.20. Benefícios a empregados: Obrigações de aposentadoria:** A Companhia oferece a seus empregados, tanto plano de benefício definido como de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais ou complementares para o caso onde o fundo não tenha ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios já contribuídos com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependentes diversos fatores como idade, tempo de serviço e remuneração. O plano de benefício definido foi oferecido aos colaboradores até junho de 2004 sendo hoje, portanto, um plano fechado (sem novos participantes). O montante reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados em outros resultados abrangentes e transferida, subsequentemente, para reservas de lucros acumulados e não é reclassificada para o resultado. O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: (i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; (ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela Companhia, no número de empregados cobertos por um plano); e (iii) qualquer ganho ou perda na liquidação ("settlement"). Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **Assistência médica pós-aposentadoria:** Até 31 de dezembro de 1998, a Companhia oferecia a seus funcionários o benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício era concedido quando (i) o funcionário possuía mais de 55 anos de idade; e (ii) tinha cumprido com um período mínimo de dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante a dos planos de pensão de

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados. Atualmente o plano se caracteriza como um plano fechado, isto é, sem novos participantes desde dezembro de 1998. **Participação nos lucros e bônus:** Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita: • Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras. • A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras. • A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera que sejam quitadas. **2.21. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Suas principais receitas são oriundas da venda de mercadorias, produtos e serviços que são reconhecidas conforme novo modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita, a saber: (i) Identificação dos contratos com clientes. (ii) Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos. (iii) Determinação do preço da transação. (iv) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos. (v) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.22. Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são registrados a débito da rubrica "Reservas de lucros", sendo retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. **2.23. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto das operações e que: • Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. • É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. • É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **2.24. Reapresentação de saldos comparativos:** Em virtude de uma análise histórica sobre os lançamentos automáticos para contabilização da provisão para não reconhecimento de vendas no período ("cut-off" de vendas) realizada pela Companhia no ano de 2019, foi identificada a necessidade de ajustes nos parâmetros dos prazos de entrega, visto que quando comparados com os prazos efetivos, estes demonstraram-se não aderentes. Como resultado desta análise, foram identificados ajustes na receita, custo, contas a receber, estoques e imposto de renda e contribuição social, que impactaram os saldos iniciais e finais do balanço patrimonial e do resultado do ano de 2018. Em adição, durante processo de preparação das demonstrações financeiras, foi identificada necessidade de reclassificação do saldo comparativo de baixa por venda de bens do ativo imobilizado e intangível de atividade de investimentos para atividade operacional nas demonstrações do fluxo de caixa, para melhor apresentação dos saldos. Consequentemente, a Companhia está reapresentado os seus referidos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa desse ano, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Importante destacar que as demonstrações do resultado abrangente não foram alteradas em consequência desta reapresentação. O descritivo das alterações e os efeitos dos ajustes realizados nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2018 e finais de 31 de dezembro de 2018, estão a seguir demonstrados.

Ativo	31/12/2018	Ajuste "cut-off" de vendas	31/12/2018	01/01/2018	Ajuste "cut-off" de vendas	01/01/2018
Circulante	**(Original)**		**(Reapresentado)**	**(Original)**		**(Reapresentado)**
Caixa e equivalentes de caixa	126.984	–	126.984	644.273	–	644.273
Contas a receber	5.045.928	(163.889)	4.882.039	5.435.298	(122.458)	5.312.840
Estoques	2.018.711	102.094	2.120.805	1.825.740	76.285	1.902.025
Impostos a recuperar	268.592	–	268.592	231.648	–	231.648
Instrumentos financeiros derivativos	60.431	–	60.431	10.224	–	10.224
Outros ativos	129.508	–	129.508	113.813	–	113.813
Total do ativo circulante	7.650.154	(61.795)	7.588.359	8.260.996	(46.173)	8.214.823
Não circulante						
Realizável a longo prazo:						
Contas a receber	99.547	–	99.547	92.265	–	92.265
Impostos a recuperar	18.094	–	18.094	23.251	–	23.251
Depósitos judiciais	153.031	–	153.031	166.324	–	166.324
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.193.892	21.010	1.214.902	1.154.777	15.699	1.170.476
Total do realizável a longo prazo	1.464.564	21.010	1.485.574	1.436.617	15.699	1.452.316
Investimentos	8.917	–	8.917	7.048	–	7.048
Imobilizado	594.575	–	594.575	805.678	–	805.678
Intangível	14.663	–	14.663	196.973	–	196.973
Total do ativo não circulante	2.082.179	21.010	2.103.729	2.446.316	15.699	2.462.015
Total do ativo	9.732.873	(40.785)	9.692.088	10.707.312	(30.474)	10.676.838

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2018	Ajuste "cut-off" de vendas	31/12/2018	01/01/2018	Ajuste "cut-off" de vendas	01/01/2018
Circulante	**(Original)**		**(Reapresentado)**	**(Original)**		**(Reapresentado)**
Fornecedores	732.588	–	732.588	250.230	–	250.230
Fornecedores - partes relacionadas	763.555	–	763.555	297.823	–	297.823
Empréstimos e financiamentos	271.150	–	271.150	157.198	–	157.198
Empréstimos - partes relacionadas	2.570.207	–	2.570.207	5.765.454	–	5.765.454
Salários e encargos sociais	240.532	–	240.532	201.684	–	201.684
Impostos, taxas e contribuições	51.958	–	51.958	79.068	–	79.068
Provisões diversas	1.289.317	–	1.289.317	1.037.889	–	1.037.889
Instrumentos financeiros derivativos	4.747	–	4.747	90.289	–	90.289
Outros passivos	62.157	–	62.157	52.760	–	52.760
Total do passivo circulante	5.986.211	–	5.986.211	7.932.395	–	7.932.395
Não circulante						
Empréstimos - partes relacionadas	558.482	–	558.482	–	–	–
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	84.021	–	84.021	147.235	–	147.235
Provisão para assistência médica	310.487	–	310.487	276.976	–	276.976
Outros passivos	5.054	–	5.054	16.533	–	16.533
Total do passivo não circulante	958.044	–	958.044	440.744	–	440.744
Patrimônio líquido						
Capital social	1.633.002	–	1.633.002	1.308.041	–	1.308.041
Ajustes de avaliação patrimonial	(43.240)	–	(43.240)	(73.048)	–	(73.048)
Reserva lucros a realizar	1.198.856	(40.785)	1.158.071	1.099.180	(30.474)	1.068.706
Total do patrimônio líquido	2.788.618	(40.785)	2.747.833	2.334.173	(30.474)	2.303.699
Total do passivo e patrimônio líquido	9.732.873	(40.785)	9.692.088	10.707.312	(30.474)	10.676.838

Operações continuadas	31/12/2018 (Original)	Ajuste "cut-off" de vendas	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	7.642.457	(41.431)	7.601.026
Custo dos produtos vendidos	(5.252.227)	25.809	(5.226.418)
Lucro bruto	2.390.230	(15.622)	2.374.608
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas comerciais	(1.482.998)	–	(1.482.998)
Despesas gerais e administrativas	(642.009)	–	(642.009)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	210.364	–	210.364
Equivalência patrimonial	1.871	–	1.871
Lucro antes do resultado financeiro	477.458	(15.622)	461.836
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras	856.332	–	856.332
Despesas financeiras	(762.501)	–	(762.501)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	571.289	(15.622)	555.667
Imposto de renda e contribuição social:			
Correntes	(76.277)	–	(76.277)
Diferidos	33.238	5.311	38.549
	528.250	(10.311)	517.939
Operações descontinuadas			
Perda referente às operações descontinuadas	(7.529)	–	(7.529)
Lucro atribuível a:			
Proprietários da controladora	520.721	(10.311)	510.410
Participações de acionistas não controladores em controladas	–	–	–
	520.721	(10.311)	510.410

	2018 (Original)	Reclassificação	2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.873.883	(402.748)	1.471.135
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa gerado pelas atividades de investimento	216.173	402.748	618.921
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(2.607.345)	–	(2.607.345)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(517.289)	–	(517.289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	644.273	–	644.273
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	126.984	–	126.984
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(517.289)	–	(517.289)

3. Novos Pronunciamentos: 3.1. A Companhia efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo: (i) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil): No exercício corrente, a Companhia adotou a IFRS 16/ CPC 06 (R2) (emitida pelo IASB em janeiro de 2016 e aprovada pela CVM em dezembro de 2018), em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 introduz exigências novas ou alteradas com relação à contabilização de arrendamento. A norma introduz mudanças significativas na contabilização do arrendatário ao eliminar a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigir o reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no início para todos os arrendamentos, exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Diferentemente da contabilização do arrendatário, as exigências de contabilização do arrendador permanecem substancialmente inalteradas. A Companhia optou pela adoção retrospectiva modificada de acordo com a IFRS 16.C5 (b). Consequentemente, a Companhia não apresentou as informações comparativas. Nesse sentido, várias opções e expedientes práticos foram exercidos a partir da data de transição para contratos nos quais a Companhia é arrendatária. Portanto, nenhuma avaliação adicional foi realizada após a aplicação pela primeira vez da nova norma em relação a se um contrato é ou se contém um arrendamento. Para contratos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da IFRS 16 pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento em aberto, usando como taxa de desconto a respectiva taxa de empréstimo incremental nessa data. Na data da aplicação inicial, os ativos de direito de uso eram geralmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento. Os custos diretos iniciais não foram considerados na mensuração de ativos de direito de uso na data da adoção inicial. Os prazos dos arrendamentos com opções de extensão ou rescisão foram determinados retrospectivamente. A Companhia exerceu a opção de isentar ativos intangíveis do escopo de aplicação da IFRS 16 e aplicar as isenções para arrendamentos de curto prazo a determinados arrendamentos que terminam em 2019. Também está aplicando essas isenções para arrendamentos de curto prazo a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação inicial da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 resultou no reconhecimento de passivos de arrendamentos de R$3.227 e um aumento correspondente na dívida financeira líquida. Na demonstração do resultado, a Companhia deixou de reconhecer as despesas com arrendamentos operacionais em despesa operacional e, em vez disso, reconheceu a depreciação dos ativos de direito de uso e as despesas de juros para os passivos de arrendamento mercantil segundo a IFRS 16. Ocorreu um efeito análogo na demonstração do fluxo de caixa, em que a IFRS 16 teve um efeito positivo no fluxo de caixa operacional, reduzindo as saídas de caixa para atividades operacionais, enquanto o componente de pagamento dos arrendamentos e a despesa de juros correspondente foram reconhecidos no fluxo de caixa das atividades de financiamento. (ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia: • Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo. • Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. Em caso positivo, a Companhia deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição contábil e fiscal utilizando o valor mais provável ou o método do valor esperado. Com base na análise realizada pela Companhia, não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras provenientes da adoção desta norma. (iii) Outros pronunciamentos/alterações aplicados à partir de 1º de janeiro de 2019: A Companhia adotou as seguintes alterações à partir de 1º de janeiro de 2019, mas não teve nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (iii.1) Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa: As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de "apenas pagamentos de principal e juros", a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente a condição de "apenas pagamentos de principal e juros". (iii.2) Alterações à IAS 28 - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e "Joint Ventures": A alteração esclarece que a IFRS 9, incluindo suas exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a outros instrumentos financeiros em uma coligada ou "joint venture" à qual o método de equivalência patrimonial não é aplicável. Elas incluem investimentos de longo prazo que, em substância, fazem parte do investimento líquido da entidade em uma coligada ou "joint venture". (iii.3) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 - Combinações de Negócios, IFRS 11 - Negócios em Conjunto, IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 23 - Custos de Empréstimos. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas. *IAS 12 - Impostos sobre a Renda:* As alterações esclarecem que a Companhia deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido dependendo de onde a Companhia reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. *IAS 23 - Custos de Empréstimos:* As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. *IFRS 3 - Combinações de Negócios:* As alterações esclarecem que quando a Companhia obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a Companhia aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio a reconhecer relacionados à operação conjunta. *IFRS 11 - Negócios em Conjunto:* As alterações esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a Companhia não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta. *Alterações à IAS 19 - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados:* As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superavit). A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes. Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A Companhia deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que, para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19:99 com a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos). **3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As seguintes normas e interpretações novas e revisadas foram emitidas e ainda não eram aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Alterações a normas/interpretações	Aplicação mandatória		Efeitos antecipados
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2021	Efeitos em avaliação
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida	Não são esperados impactos significativos
Alterações à IFRS 3	Definição de Negócios	1º de janeiro de 2020	Não são esperados impactos significativos
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de Material	1º de janeiro de 2020	Não são esperados impactos significativos
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS	1º de janeiro de 2020	Não são esperados impactos significativos

4. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas: Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **4.1. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4.2. Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia avalia sua carteira de clientes anualmente. A avaliação é feita com base em perdas esperadas sobre a carteira de recebíveis como um todo, a qual abrange os valores que estão em processo judicial, renovação de títulos, títulos vencidos e também títulos a vencer, constituída de forma suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. **4.3. Provisão para devoluções de produtos:** A provisão para devoluções de vendas está substancialmente associada à divisão Cropscience. O saldo desta posição objetiva o reconhecimento das devoluções futuras correspondentes ao ciclo operacional de venda ainda não encerrado. A provisão é determinada a partir do valor dos estoques nos canais de distribuição para o mês de dezembro e comparada com a perspectiva de escoamento (demanda de mercado) desses canais para o atual ciclo de vendas. Caso o estoque seja superior à projeção de escoamento, a diferença representa a provisão. Alternativamente, um segundo modelo de cálculo é utilizado, aplicando-se o percentual da média das devoluções comerciais dos últimos 3 ciclos de venda (3 últimas safras) sobre o estoque nos canais de distribuição para o mês de dezembro. Dos dois modelos de cálculo, a Administração registra sempre o maior valor apurado. Independente dos modelos de cálculos, outros fatores futuros como variações em área plantada, mudanças em preços de commodities agrícolas, câmbio e variações no segmento de mercado podem ser levados em consideração na determinação da provisão, se julgados relevantes. Os valores são reconhecidos trimestralmente baseados na evolução das vendas e revisados anualmente com base na metodologia mencionada. A utilização da provisão dá-se basicamente ao final do ciclo operacional de venda, mediante o recebimento das devoluções efetivas. **4.4. Reconhecimento de receitas:** A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando atende os cinco passos do IFRS 15/CPC 47, líquida da expectativa de devolução incidente sobre o montante de venda, calculado em bases históricas e condições atuais de mercado. **4.5. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos e sobre prejuízos fiscais utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com orçamentos e planos de negócios. **4.6. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. **4.7. Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado periodicamente. No exercício corrente não houve alteração nas vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado. **4.8. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração:** Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Nas datas dos balanços, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos estimados de venda; ou (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

5. Caixa e Equivalente de Caixa	**Controladora**		**Consolidado**
	2019	**2018**	**2019**
Banco - conta movimento	148.918	58.528	148.920
Aplicações financeiras	79.309	68.456	205.331
Total	228.227	126.984	354.251

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de liquidez imediata (Certificados de Depósitos Bancários - CDBs ou Compromissadas), acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 98 a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2019 (aproximadamente 70% do Certificado de Depósito Interbancário em 2018), podendo ser resgatadas a qualquer momento, por solicitação da Companhia, sem modificação substancial de seus valores.

6. Contas a Receber	**Controladora e Consolidado**	
	2019	**2018**
		(Reapresentado)
Contas a receber de clientes	3.933.882	4.555.102
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	118.454	103.207
Contas a receber vinculados à Cédula de Produtores Rurais (*)	1.586.589	1.673.414
Ajuste a valor presente	(99.127)	(125.893)
Provisão para não reconhecimento de vendas no período	(109.916)	(178.639)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(895.179)	(1.045.605)
Total	4.534.703	4.981.586
Circulante	4.533.107	4.882.039
Não circulante	1.596	99.547

(*) Uma das modalidades de operação comercial na qual a Companhia atua no mercado é a denominada "barter". Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Esse recebimento de commodities pode ser tanto executado nas condições pós-fixadas, onde a Companhia define um preço para a commodity e, posteriormente, vende o volume acordado com o cliente para um comprador (contraparte), quanto pré-fixado, onde o cliente cede para a Companhia um contrato previamente firmado com um comprador (contraparte). Em dezembro de 2019 o valor de CPR pré-fixado é representado por R$797.635 (R$839.649 em 2018) e CPR pós-fixado por R$788.954 (R$833.765 em 2018). Uma vez que as operações envolvem negociações com commodities, a Companhia adere ao uso de "hedge", de forma a proteger as variações de preço das commodities no mercado. As operações iniciais de venda são registradas como receita de vendas gerando um contas a receber correspondente. A operação de "barter" (que possui um trâmite documental e negocial mais longo), ao se concluir, deriva a substituição do Contas a Receber original por um Contas a Receber em espécie ("receivables in kind") da modalidade "barter". A classificação deste documento é um instrumento financeiro e é avaliado a valor justo por meio do resultado. O mesmo tratamento contábil é adotado para as respectivas operações de "hedge".

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo no início do exercício	1.045.605	967.240
Adoção Inicial IFRS 09 CPC 48	–	187.125
Constituição (reversão) de perdas estimadas	(105.801)	(71.173)
Baixa de créditos incobráveis	(44.625)	(37.587)
Saldo no fim do exercício	895.179	1.045.605

Contas a receber por faixa de vencimento	**Controladora e Consolidado**	
	2019	**2018**
		(Reapresentado)
A vencer	4.602.004	5.348.096
Vencidos:		
Até 90 dias	294.842	261.424
Entre 91 e 210 dias	41.137	59.219
Entre 211 e 360 dias	94.967	–
Acima de 360 dias	605.975	662.984
Total	5.638.925	6.331.723

7. Estoques	**Controladora e Consolidado**	
	2019	**2018**
		(Reapresentado)
Produtos acabados e mercadorias de revenda	984.410	1.106.965
Matérias-primas	578.845	377.382
Importações em trânsito	262.005	446.107
Materiais diversos	33.385	31.827
Produtos semielaborados	10.923	10.627
Provisão para estoques não reconhecimento de vendas no período	70.762	109.952
Provisão para devoluções de vendas	417.106	146.069
(–) Provisão para perdas na realização dos estoques	(108.471)	(108.124)
	2.248.965	2.120.805

Movimentação na provisão para perdas na realização dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo no início do exercício	108.124	161.986
Provisão para perdas	52.379	37.883
Consumo da provisão por destruição	(52.032)	(91.745)
Saldo no fim do exercício	108.471	108.124

8. Impostos a Recuperar	**Controladora**		**Consolidado**
	2019	**2018**	**2019**
ICMS	102.390	66.343	102.390
Imposto de renda e contribuição social a compensar	196.527	191.052	196.527
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.914	4.074	1.914
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.659	1.222	2.659
Impostos a compensar (a)	49.786	23.995	50.234
Total	353.276	286.686	353.724
Circulante	195.663	268.592	196.111
Não circulante	157.613	18.094	157.613

(a) A Companhia obteve, durante o exercício de 2019, o trânsito em julgado referente a um de seus processos judiciais relacionados ao reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. De acordo com levantamento realizado, o valor que a Companhia entendeu como juridicamente possível de recuperação é R$229.524. Todavia, considerando o envolvimento de diversos exercícios passados e aspectos técnicos relacionados à determinação desse crédito tributário, especialmente decorrentes de divergência do posicionamento do Fisco quando à metodologia a ser considerada para cálculo do montante, a Companhia, junto a seus assessores jurídicos e tributários, entendeu pela provisão parcial dos valores potencialmente recuperáveis no montante de R$212.792. Diante disso, em 31 de dezembro de 2019, reconheceu o valor de R$16.732, por considerar que, nesse momento, este montante atendeu ao critério de virtualmente certo, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social: 9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no resultado:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A alíquota combinada é 34%. De acordo com a atual legislação do imposto de renda, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não têm prazo para prescrição e sua utilização é limitada a 30% do saldo do lucro tributável anual. A reconciliação entre as despesas do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e efetivas está demonstrada a seguir:

	Controladora		**Consolidado**
	2019	**2018**	**2019**
		(Reapresentado)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	809.455	548.138	813.492
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(275.215)	(186.367)	(276.587)
Conciliação - imposto de renda e contribuição social:			
Juros sobre capital próprio	56.800	129.984	56.800
Doações e brindes	(3.574)	(1.782)	(3.574)
Preços de transferência	(3.646)	(3.932)	(3.646)
Inovação tecnológica	6.196	13.765	6.196
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	5.561	10.604	4.021
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(213.878)	(37.728)	(216.790)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(153.045)	(76.277)	(153.045)
Diferidos	(60.833)	38.549	(63.745)

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia e de suas controladas têm a seguinte origem:

	Controladora		**Consolidado**
	2019	**2018**	**2019**
Provisões		**(Reapresentado)**	
Provisão para realização dos estoques	108.471	108.124	108.471
Provisão para não reconhecimento de vendas no período	39.154	68.687	39.154
Provisão para devoluções de vendas	219.033	176.274	219.033
Provisão para participação nos resultados	111.685	135.597	111.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente de contas a receber	286.137	488.747	286.137
Provisão para contingências	303.253	284.899	303.253
Provisão para descontos, pontualidade e performance	829.695	884.112	815.311
Provisão para assistência médica	376.118	310.487	376.118
Outras provisões	429.090	173.938	429.302
Prejuízo fiscal	739.645	942.377	745.253
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos	3.442.281	3.573.242	3.433.717
Alíquota	34%	34%	34%
	1.170.376	1.214.902	1.167.464

Período estimado de realização: Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	**Controladora**	**Consolidado**
2020	609.563	606.651
2021	100.890	100.890
2022	102.382	102.382
2023	36.362	36.362
2024 em diante	321.179	321.181
	1.170.376	1.167.464

A Administração da Companhia estima, com base em seu histórico de lucratividade e em estudos de projeções de resultados, que o atual saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos será substancialmente realizado nos próximos cinco anos. **10. Saldos e Transações com Partes Relacionadas:** A Companhia mantém saldos e operações comerciais de venda de produtos acabados, compra de matérias-primas e produtos acabados e gerenciamento de planos de fidelidade/programa de pontos com partes relacionadas. Essas transações seguem determinados procedimentos internos de aprovação e tem as suas condições de preços e pagamentos determinados pelas políticas do Grupo Bayer.

Saldos		**Controladora**		**Consolidado**
Ativo circulante	**Moeda**	**2019**	**2018**	**2019**
Contas a receber:				
Bayer Healthcare AG	US$	61.508	54.505	61.508
Bayer CropScience Monheim AG	US$	20.848	10.009	20.848
Bayer Business Services GmbH	US$	80	13.710	80
Bayer de Mexico S.A.	US$	912	1.728	912
Monsanto Brasil Ltda.	R$	4.481	2.574	4.481
Bayer S.A. - Argentina	US$	2.775	2.566	2.775
Schering do Brasil Indústria Química Ltda.	R$	8.621	5.772	8.621
Bayer S.A. - Panamá	US$	5.451	3.223	5.451
Outros	US$	13.778	9.120	13.778
Total		118.454	103.207	118.454
Passivo circulante				
Contas a pagar:				
Bayer CropScience Monhein A.G.	R$	371.537	558.571	371.537
Bayer Healthcare AG	R$	123.755	77.465	123.755
Schering do Brasil Indústria Química Ltda.	R$	46.271	51.716	46.271
Bayer Consumer Care	R$	45.085	26.569	45.085
Bravium Ltda.	R$	–	–	11.293
Bayer Oy	R$	15.769	16.449	15.769
Rede Agro	R$	125.337	–	–
Monsanto Brasil Ltda.	R$	–	–	920
Outros	R$	18.021	32.785	18.021
Total		745.775	763.555	632.651

Passivo circulante		**Controladora e Consolidado**	
Empréstimos:	**Moeda**	**2019**	**2018**
Bayer World (a)	R$	1.810.866	–
Bayer NV	R$	–	2.570.207
Total		1.810.866	2.570.207
Passivo não circulante			
Empréstimos:			
Bayer World (a)	R$	830.000	–
Monsanto Brasil Ltda.	R$	–	558.482
Total		830.000	558.482

Transações		**Controladora**		**Consolidado**
		2019	**2018**	**2019**
Receita de vendas:				
Bayer Heathcare AG e Bayer CropScience Monheim AG	US$	419.628	375.226	419.628
Monsanto Brasil Ltda.	R$	14.935	12.900	14.935
Schering do Brasil Indústria Quimímica Ltda.	R$	11.389	3.649	11.389
Bayer Business Service GMBH	US$	13.356	–	13.356
Bayer S.A. - Argentina	R$	7.745	–	7.745
Bayer México S.A.	US$	3.592	41.674	3.592
Total		470.645	433.449	470.645
Deduções da receita com campanhas e incentivos de venda:				
Bravium Ltda.	R$	–	–	27.522
		–	–	27.522
Compras de matérias-primas:				
Bayer CropScience AG	R$	3.500.623	3.124.683	3.500.623
Bayer Heathcare AG	R$	521.835	358.930	521.835
Bayer Consumer Care	R$	222.449	180.050	222.449
Bayer O Y	US$	96.051	92.704	96.051
Bayer Animal Health GmbH	US$	–	44.155	–
Bayer S.A. - Argentina	US$	32.017	25.988	32.017
Rede Agro	R$	224.634	–	–
Outros		224.232	141.967	224.232
Total		4.821.841	3.968.477	4.597.207
Despesas financeiras:				
Bayer NV (a)	R$	57.356	599.535	57.356
Bayer World Investments (a)	R$	137.300	–	137.300
Monsanto do Brasil Ltda. (a)	R$	52.569	18.482	52.569
Total		247.225	618.017	247.225

(a) Com o objetivo de financiar e expandir suas operações, a Companhia contraiu empréstimos com Companhia ligada no montante de R$3.920.000. Os contratos de mútuos firmados com partes relacionadas têm prazo de vencimento determinado e incidência de encargos financeiros (média de 7,02% a.a.). Os contratos envolvendo as partes relacionadas da Companhia sediadas no exterior são atualizados monetariamente pela variação do dólar norte-americano, acrescidos de juros. A movimentação dos saldos e o demonstrativo dos prazos de vencimento estão descritos na nota explicativa nº 15. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar referente a salários e encargos, participação nos lucros e reembolso de despesas totaliza R$3.605 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (em 2018 - R$4.332). **Juros sobre capital próprio:** Em 2019 foi aprovado, por meio de Ata de Reunião da Diretoria, a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R$167.058, para os acionistas. **11. Ativo e Passivo Mantido para Venda, Operações Descontinuadas e Desinvestidas: a) Operações descontinuadas:** Em agosto de 2019, a Bayer AG (Bayer) em Leverkusen, Alemanha (controladora do Grupo Bayer no Brasil) e a Elanco Animal Health LCC (Elanco), em Indiana, Estados unidos, assinaram um acordo onde a Bayer venderá toda sua da operação de saúde animal à Elanco, pelo valor de €6.845.000, sendo €4.791.000 em recurso efetivos ("cash") e €2.053.000 em ações da Elanco. Em relação à descontinuidade da operação da saúde animal no Brasil, a Administração no país está trabalhando segundo as orientações do projeto global, contudo o preço de compra associado às operações locais não havia sido determinado até a data da publicação dessas demonstrações. Abaixo estão demonstrados os ativos e passivos diretos ligados a transação da operação descontinuada para Elanco.

Ativos e passivos mantidos para venda	**31/12/2019**
Contas a receber	44.910
Estoques	71.224
Outros ativos	6.402
Imobilizado	15.104
Intangível	18
Ativos mantidos para venda	137.658
Fornecedores	6.410
Fornecedores - partes relacionadas	9.204
Salários e encargos sociais	18.940
Provisões diversas	4.808
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.224
Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda de operações descontinuadas	42.586

A seguir as demonstrações de resultado das operações para o segmento:

	31/12/2019	**31/12/2018**
Receita com vendas e serviços	221.243	201.679
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(137.030)	(115.689)
Lucro bruto	84.213	85.990
Receitas (despesas operacionais):		
Com vendas	(86.101)	(79.871)
Gerais e administrativas	(15.765)	(15.191)
Outras receitas operacionais, líquidas	962	627
	(100.904)	(94.435)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(16.691)	(8.445)
Resultado financeiro: Despesas financeiras	(2.998)	(3.212)
Receitas financeiras	4.996	4.128
Prejuízo antes do imposto de renda	(14.693)	(7.529)

b) Desinvestimentos 2018 e 2019: Desinvestimento Seeds: No exercício de 2018, a Companhia concluiu a operação de desinvestimento de ativos à empresa Basf S.A. Tais ativos eram associados ao segmento de Crop Science e tiveram de ser desinvestido como requerimento global dos órgãos reguladores de defesa econômica (incluindo o CADE no Brasil) em função da aquisição pela Bayer AG da Monsanto Company. Tal operação representou em um ganho de R$265.618. **Desinvestimento dermatologia:** No exercício de 2019, a Companhia concluiu a operação de desinvestimento de ativos à empresa Leo Pharma. Tais ativos eram associados ao então segmento da dermatologia (focado em vendas de produtos para uso dermatológico com prescrição médica). Este segmento teve de ser desinvestido devido a uma estratégia global de reposicionamento e tiveram as participações dos órgãos reguladores de defesa econômica (incluindo o CADE no Brasil). Tal operação representou a venda dos ativos ligados à divisão, que resultou em um ganho de R$13.156. **Desinvestimento Coppertone:** No exercício de 2019, a Companhia concluiu a operação de desinvestimento da marca Coppertone à empresa Beiersdorf. Tal marca e seus estoques eram associados ao segmento de proteção solar dentro da divisão de negócio Consumer Health. Este segmento teve de ser desinvestido devido a uma estratégia global de reposicionamento e tiveram as participações dos órgãos reguladores de defesa econômica (incluindo o CADE no Brasil). Tal operação representou a venda dos direitos de uso da marca, que resultou em um ganho de R$333. Por opção do comprador, parte dos estoques ficarão em poder da Bayer para serem transferidos em 2020 e que gerarão um ganho adicional de R$75, totalizando um ganho de R$408. **Desinvestimentos princípios ativos:** No exercício de 2019, a Companhia concluiu a operação de desinvestimento dos princípios ativos Pencycuron utilizado na produção do produto Monceren e do princípio ativo Fenamidone utilizado na produção do produto Consento à Empresa Gowan. Tais marcas e seus estoques estavam associados ao segmento de Fungicidas dentro da divisão de negócio Crop Protection. Essas marcas tiveram de ser desinvestidas devido a uma estratégia global de reposicionamento e tiveram as participações dos órgãos reguladores de defesa econômica (incluindo o CADE no Brasil). Tal operação representou na venda dos direitos de uso das marcas da divisão, que resultou em um ganho de R$2.910.

12. Investimentos em Controladas e Coligadas: a) Informações sobre investimentos

	Bayer Distribuidora Ltda.		**Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.**		**Farmaco Ltda.**		**Rede Agro**
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2019**
Quantidade de cotas - em unidades	999.999	999.999	198.503	198.503	122.460	122.460	9.132.000
Participação - %	100,00%	100,00%	20,79%	20,79%	99,99%	99,99%	80,00%
Capital social	1.000	1.000	20.782	12.615	222	222	11.415
Patrimônio líquido	184	241	51.911	41.083	89	133	15.705
Lucro (prejuízo) do exercício	(52)	(81)	5.723	5.366	(41)	(44)	5.627

b) Movimentação dos investimentos	**Bayer Distribuidora Ltda.**	**Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.**	**Farmaco Ltda.**	**Rede Agro**	**Outros**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	343	6.529	174	–	2	7.048
Baixas	–	–	–	–	(2)	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	(101)	2.015	(43)	–	–	1.871
Saldos em 31 de dezembro de 2018	242	8.544	131	–	–	8.917
Aumento de participação	–	–	–	9.132	–	9.132
Resultado de equivalência patrimonial	(57)	2.252	(45)	4.502	–	6.652
Saldos em 31 de dezembro de 2019	185	10.796	86	13.634	–	24.701

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Empresas controladas: Atualmente, das quatro investidas acima apresentadas, três (Farmaco Ltda., Bayer Distribuidora Ltda., Rede Agro Fidelidade e Intermediações S.A.) são controladas pela Bayer S.A., onde a Bayer exerce poder de decisão com direta influência nos retornos. As empresas Farmaco e Bayer Distribuidora não possuíram nenhuma operação nos exercícios de 2019 e de 2018. Nessa mesma tendência, não há previsão de operação para exercícios seguintes, sendo consideradas, portanto, "empresas dormentes" e por este motivo não representam qualquer risco à Bayer S.A. A Rede Agro Fidelidade e Intermediações S.A. foi constituída em 19 de março de 2019 sendo uma "joint venture" entre Bayer S.A. e Bravium Comércio Ltda., tendo como objetivo administrar o programa de fidelidade da Bayer e de outras empresas e adicionalmente ter uma plataforma digital para compra e venda de insumos, no qual os distribuidores e cooperativas abrem suas lojas online para que o produtor possa comprar seus insumos e brevemente provendo a possibilidade de acesso a linhas de crédito e realizando o pagamento com seus grãos. A empresa Campo Limpo Reciclagem Transformação Plásticos S.A. é derivada da união de investimentos de um conglomerado de empresas do segmento agroquímico. Tem por principal atividade econômica a reciclagem e transformação de embalagens plásticas. A Bayer S.A. não exerce poder absoluto sobre esta empresa, tão pouco detém qualquer direto preferencial de voto. Nenhuma das empresas investidoras na Campo Limpo possui o poder individual necessário para influir em decisões e resultados que possam beneficiá-las de forma exclusiva.

13. Imobilizado

Controladora	Terrenos e edificações	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizações em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.647	364.520	197.149	20.926	30.813	85.856	62.767	805.678
Aquisições	–	8.877	14.690	854	6.900	29.061	50.233	110.615
Baixas líquidas da depreciação	(22.280)	(136.331)	(31.275)	(1.750)	(7.530)	(30.004)	–	(229.170)
Transferências	90	22.028	11.210	1.641	9.877	2.306	(47.152)	–
Depreciação	–	(20.172)	(32.989)	(4.142)	(13.412)	(20.559)	–	(91.274)
Provisão desinvestimento AH	–	–	(1.274)	–	–	–	–	(1.274)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.457	238.922	157.511	17.529	26.648	66.660	65.848	594.575
Custo total	27.470	402.005	662.878	53.659	78.993	113.098	65.848	1.403.951
Depreciação acumulada	(6.013)	(163.083)	(505.367)	(36.130)	(52.345)	(46.438)	–	(809.376)
Valor residual	21.457	238.922	157.511	17.529	26.648	66.660	65.848	594.575
Adoção inicial IFRS 16	2.769	–	–	–	205	254	–	3.228
Saldos em 1º de janeiro de 2019	24.226	238.922	157.511	17.529	26.853	66.914	65.848	597.803
Aquisições	2.669	15.890	16.649	1.040	10.732	10.823	45.842	103.645
Baixas líquidas da depreciação	(1.338)	(54)	(1.112)	(101)	(249)	(11.777)	–	(14.631)
Transferências	–	10.286	16.270	659	11.213	68	(38.496)	–
Depreciação	(1.965)	(17.888)	(31.318)	(3.867)	(15.586)	(16.409)	–	(87.033)
Transferência Elanco CPC 31 (IFRS 5)	–	–	(7.095)	(89)	(171)	(3.900)	(3.849)	(15.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.592	247.156	150.905	15.171	32.792	45.719	69.345	584.680
Custo total	31.221	428.021	651.676	51.508	94.574	84.783	69.345	1.411.128
Depreciação acumulada	(7.629)	(180.865)	(500.771)	(36.337)	(61.782)	(39.064)	–	(826.448)
Valor residual	23.592	247.156	150.905	15.171	32.792	45.719	69.345	584.680

Consolidado	Terrenos e edificações	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizações em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.457	238.922	157.511	17.529	26.648	66.660	65.848	594.575
Custo total	27.470	402.005	662.878	53.659	78.993	113.098	65.848	1.403.951
Depreciação acumulada	(6.013)	(163.083)	(505.367)	(36.130)	(52.345)	(46.438)	–	(809.376)
Valor residual	21.457	238.922	157.511	17.529	26.648	66.660	65.848	594.575
Adições "Leasing" adoção inicial IFRS 16	2.769	–	–	–	205	254	–	3.228
Saldos em 1º de janeiro de 2019	24.226	238.922	157.511	17.529	26.853	66.914	65.848	597.803
Aquisição	2.669	15.890	16.649	1.040	10.949	10.823	45.842	103.862
Baixas líquidas da depreciação	(1.338)	(54)	(1.112)	(101)	(249)	(11.777)	–	(14.631)
Transferências	–	10.286	16.270	659	11.213	68	(38.496)	–
Depreciação	(1.965)	(17.888)	(31.318)	(3.867)	(15.603)	(16.409)	–	(87.050)
Transferência Elanco CPC 31 (IFRS 5)	–	–	(7.095)	(89)	(171)	(3.900)	(3.849)	(15.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	23.592	247.156	150.905	15.171	32.992	45.719	69.345	584.880
Custo total	31.221	428.021	651.676	51.508	94.791	84.783	69.345	1.411.345
Depreciação acumulada	(7.629)	(180.865)	(500.771)	(36.337)	(61.799)	(39.064)	–	(826.465)
Valor residual	23.592	247.156	150.905	15.171	32.992	45.719	69.345	584.880

Operações de arrendamento mercantil: Os ativos de direito de uso de acordo com a norma da IFRS 16 CPC 06 Operações de Arredondamento Mercantil foram reconhecidos no ativo imobilizado e estão discriminados abaixo:

	31/12/2019
Terrenos	3.280
Máquinas e equipamentos	76
Móveis e utensílios	5
Equipamentos de informática	286
Veículos	52
Total	3.699

Em 2019 foram reconhecidos R$3.228 como adoção inicial da IFRS 16 CPC 06, adições de relativas a direitos de uso de R$6.720 e amortizações de R$6.249 decorrentes de operações de arrendamento mercantil, resultando no saldo líquido de R$3.699 em 31 de dezembro de 2019. As obrigações decorrentes das operações de arrendamento mercantil foram reconhecidas no passivo e em 31 de dezembro de 2019 totalizavam R$4.160. Adicionalmente, os seguintes valores foram contabilizados no resultado do exercício de 2019 em relação a contratos de arrendamento em que a Companhia é a arrendatária:

	31/12/2019
Despesas com arrendamentos de curto prazo com prazos maiores do que um mês e menores do que 12 meses	(221)
Despesas relativas a ativos arrendados de baixo valor (exceto arrendamentos de curto prazo)	(653)
Despesas com pagamentos variáveis de arrendamentos não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento	(1.406)
Total	(2.280)

Vidas úteis dos ativos imobilizados: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Construções e benfeitorias em terrenos	12 - 30
Máquinas e equipamentos	05 - 20
Veículos	05 - 12
Equipamentos de informática	03 - 10
Móveis e utensílios	10 - 12

14. Intangível

Controladora	Marcas, patentes	Software	Ágio sobre investimento	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	87.011	5.193	100.799	3.970	196.973
Aquisição	4.358	355	–	740	5.453
Baixas líquidas da amortização	(76.026)	(1.708)	(95.844)	–	(173.578)
Transferências	131	3.528	–	(3.659)	–
Amortização	(10.857)	(3.265)	–	–	(14.122)
Provisão desinvestimento AH	–	(63)	–	–	(63)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.617	4.040	4.955	1.051	14.663
Custo total	24.700	49.048	71.217	1.051	146.016
Amortização acumulada	(20.083)	(45.008)	(66.262)	–	(131.353)
Valor residual	4.617	4.040	4.955	1.051	14.663
Aquisição	5.223	132	–	2.014	7.369
Baixas líquidas da amortização	(469)	–	–	–	(469)
Transferências	413	144	–	(557)	–
Amortização	(3.716)	(2.265)	–	–	(5.981)
Transferência Elanco CPC 31 (IFRS 5)	–	(19)	–	–	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.068	2.032	4.955	2.508	15.563
Custo total	22.146	30.291	71.217	2.508	126.162
Amortização acumulada	(16.078)	(28.259)	(66.262)	–	(110.599)
Valor residual	6.068	2.032	4.955	2.508	15.563

Consolidado	Marcas, patentes	Software	Ágio sobre investimento	Projetos em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.617	4.040	4.955	1.051	14.663
Custo total	24.700	49.048	71.217	1.051	146.016
Amortização acumulada	(20.083)	(45.008)	(66.262)	–	(131.353)
Valor residual	4.617	4.040	4.955	1.051	14.663
Aquisição	5.223	2.643	–	2.014	9.880
Baixas líquidas da amortização	(469)	–	–	–	(469)
Transferências	413	144	–	(557)	–
Amortização	(3.716)	(2.375)	–	–	(6.091)
Transferência Elanco CPC 31 (IFRS 5)	–	(19)	–	–	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.068	4.433	4.955	2.508	17.964
Custo total	22.146	32.802	71.217	2.508	128.673
Amortização acumulada	(16.078)	(28.369)	(66.262)	–	(110.709)
Valor residual	6.068	4.433	4.955	2.508	17.964

15. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos referem-se a operações contratadas em reais, envolvendo partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10 e operações de Crédito Rural, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

Tabela de movimentação dos empréstimos

Empréstimos e financiamentos	Taxa anual de juros	31/12/2018	Ingressos	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Provisão de juros	31/12/2019
Crédito rural	7,56%	271.150	209.622	(281.965)	(4.098)	13.059	207.768
Circulante		271.150	–	–	–	–	207.768
Não circulante		–	–	–	–	–	–

Partes relacionadas	Taxa anual de juros	31/12/2018	Ingressos	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Provisão de juros	31/12/2019
Bayer Antwerpen - Bélgica	8,55%	2.570.207	–	(2.510.000)	(117.563)	57.356	–
Monsanto Brasil	10,24%	558.482	–	(540.000)	(71.051)	52.569	–
Bayer World Investments B.V.	7,02%	–	3.920.000	(1.360.000)	(56.434)	137.300	2.640.866
		3.128.689	3.920.000	(4.410.000)	(245.048)	247.225	2.640.866
Circulante		2.570.207					1.810.866
Não circulante		558.482					830.000

Os empréstimos com partes relacionadas possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora e Consolidado
2020	1.810.866
2021	530.000
2022	300.000
	2.640.866

16. Provisões Diversas

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Provisão para campanhas e incentivos de venda (a)	829.695	884.112	1.021.322
Provisão para devoluções de vendas	636.139	322.343	636.139
Provisão para reestruturação e indenizações	30.580	23.119	30.580
Provisão para fretes	10.756	13.874	10.756
Outras provisões	51.441	45.869	51.441
Total	1.558.611	1.289.317	1.750.238

(a) A provisão para campanhas e incentivos de vendas refere-se, substancialmente, às operações da divisão Cropscience. A provisão é composta por 10 programas de incentivos, oferecidos aos diferentes tipos de clientes: distribuidores, cooperativas e clientes finais. Estes programas são oferecidos a cada cliente, de acordo com a sua categoria e também atuação no mercado. Os valores que compõe a provisão, por cada programa, são registrados no momento da venda e, ao final do ciclo operacional (fim da safra), cada programa de incentivo é mensurado e suas respectivas premiações são pagas, de acordo com os cumprimentos de metas e objetivos.

Movimentação na provisão para campanhas e incentivos de vendas

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Saldo no início do exercício	(884.112)	(481.437)	(884.112)
Adições	(1.556.365)	(1.492.782)	(1.753.566)
Reversões	594.441	551.758	679.026
Utilização	1.016.341	538.349	937.330
Saldo no fim do exercício	(829.695)	(884.112)	(1.021.322)

Movimentação na provisão para devoluções de vendas

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Saldo no início do exercício	(322.343)	(466.535)
Adições	(647.156)	(420.876)
Reversões	291.288	6.228
Utilização	42.072	558.840
Saldo no fim do exercício	(636.139)	(322.343)

17. Depósitos Judiciais e Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais. Os saldos estão apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado Depósitos judiciais 2019	Depósitos judiciais 2018	Provisões para riscos 2019	Provisões para riscos 2018
Ações fiscais	269.310	286.495	137.165	136.863
Ações trabalhistas e previdenciárias	30.688	33.221	110.934	80.653
Ações cíveis	32.468	34.193	55.154	67.383
	332.466	353.909	303.253	284.899
(–) Depósitos judiciais				
Provisões com depósitos correspondentes	(195.418)	(200.878)	(195.418)	(200.878)
	137.048	153.031	107.835	84.021

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	135.644	77.230	132.480	345.354
Adições	240	18.172	26.431	44.843
Pagamentos	(569)	(4.168)	(20.087)	(24.824)
Reversões	(70)	(11.903)	(37.098)	(49.071)
Atualizações monetárias e reversões de atualizações	1.618	1.323	(34.343)	(31.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	136.863	80.654	67.383	284.899
Adições	4.152	37.359	10.048	51.559
Pagamentos	(3.507)	(3.018)	(2.599)	(9.124)
Compensações com depósitos existentes	–	(5.435)	(1.032)	(6.467)
Reversões	(183)	(10.723)	(14.243)	(25.149)
Reversões atualizações monetárias	(3.010)	(2.355)	(8.305)	(13.670)
Atualizações monetárias	2.850	14.452	3.902	21.205
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.165	110.934	55.154	303.253

A seguir, um detalhamento sobre os processos mais relevantes de perda estimada como provável: **a)** As ações judiciais de natureza fiscal referem-se, de maneira geral, a discussões de pedidos de ressarcimentos de créditos tributários, principalmente federais (IRPJ, CSLL, IPI, PIS e COFINS), alegações de não recolhimento de impostos e contribuições, e autos de infração onde o entendimento da autoridade fiscal diverge da interpretação da legislação aplicável por parte da Companhia, incluindo divergências em relação a pagamentos realizados dentro de programas de anistia federal (Refis). **b)** As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando o cálculo de horas extras e verbas rescisórias, bem como discussões sobre responsabilidade subsidiária (terceirização de serviços). **c)** Ações cíveis referem-se substancialmente a indenizações por perdas e danos e por prováveis perdas por rompimento não previsto em contrato com fornecedores ou prestadores de serviços. A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Ações fiscais (a)	1.053.607	911.840
Ações cíveis (b)	511.832	454.228
Ações trabalhistas (c)	318.093	208.346
	1.883.532	1.574.414

(a) As ações fiscais mais relevantes, cuja classificação de perda é possível, estão descritas a seguir: (i) R$648.831 referente aos ajustes na base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL), pertinente às regras de preços de transferência. A Administração da Companhia contesta a metodologia de cálculo da Receita Federal, prevista na Instrução Normativa nº 243/2002, por considerar que está em desacordo com as regras legais previstas na Lei nº 9.430/96. (ii) R$111.970 referente a débitos de COFINS (oriundos da majoração da alíquota de 2% para 3% introduzida pela Lei 9.718/98), inseridos e pagos no parcelamento do "REFIS DA CRISE" (Lei nº 11.941/09). (iii) R$50.996, referente a auto de infração lavrado para a cobrança de PIS/COFINS sobre receitas financeiras gerais contabilizadas na companhia no período de 2008. (iv) R$241.810 com risco classificado como possível perda estão granulados em outros 124 casos cujas discussões e matérias são variadas e os valores menos relevantes. (b) Na esfera cível, a principal discussão cujo risco de perda é possível refere-se a ações associadas a pedidos envolvendo alegações de problemas ocorridos com o fungicida para cultura de soja Stratego EC 250, durante a safra do ano de 2004. A principal alegação feita pelos clientes foi a baixa eficácia do produto e a falta de instrução de uso dele, fatores estes que, de acordo com as reclamações, derivaram prejuízos econômicos em função da baixa produtividade (e/ou perda completa) da produção naquele período. (c) Na esfera trabalhista, as principais discussões ocorridas nas ações cujo risco de perda é possível referem-se a propagandistas e representantes de vendas que pleiteiam, principalmente, pagamento de horas extras por controle de jornada indevido, diferenças de premiação e indenização por danos morais decorrentes de jornada e cobrança excessiva. **18. Benefícios a Empregados:** Desde 1982, a Companhia vinha oferecendo aos funcionários um plano de assistência médica pós-aposentadoria e previdência privada na modalidade de benefício definido, e sendo a principal patrocinadora da Previbayer - Companhia de Previdência Privada. Ambos planos foram fechados em dezembro de 1998 e junho de 2004, respectivamente. Isso significa que desde as respectivas datas, não houve novos funcionários participantes que aderiram aos planos. **a) Previbayer - Companhia de Previdência Privada:** A Companhia é patrocinadora instituidora da entidade de previdência privada denominada Previbayer - Companhia de Previdência Privada, a qual objetiva complementar os benefícios previdenciários oficiais e promover o bem-estar social de seus participantes. Nesse plano de previdência estão inseridos os funcionários da Bayer S.A. As contribuições da patrocinadora são efetuadas mensalmente e o regime atuarial estabelecido para a complementação da aposentadoria é de benefício definido, determinado anualmente com base em cálculo atuarial procedido por atuário independente.

A posição atuarial do fundo é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Valor presente das obrigações atuariais	(899.015)	(736.991)
Valor justo dos ativos	988.369	837.256
Superávit	89.354	100.265
Restrições sobre ativos reconhecidos	(89.354)	(100.265)
Ativo reconhecido no balanço patrimonial	–	–

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Em 1º de janeiro	(736.991)	(689.763)
Custo do serviço corrente	(4.622)	(5.198)
Custo financeiro	(65.888)	(65.048)
Perda premissas demográficas	(3.126)	–
Perda premissas financeiras	(141.485)	(18.099)
Ganhos atuariais	9.054	565
Benefícios pagos	44.043	40.552
Em 31 de dezembro	(899.015)	(736.991)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Em 1º de janeiro	837.256	811.668
Retorno esperado sobre os ativos do plano	75.162	76.933
Ganhos (perdas) atuariais	119.994	(10.793)
Benefícios pagos	(44.043)	(40.552)
	988.369	837.256

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	Controladora e Consolidado	
Custo do serviço:	**2019**	**2018**
Custo dos serviços correntes	4.622	5.198
Receita (despesa) financeira líquida	1	1
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	4.623	5.199
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido:		
Ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo	9.054	565
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	119.994	(10.793)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de alterações de premissa	(144.611)	(18.099)
Mudança no superavit irrecuperável	20.186	33.526
Total	4.623	5.199

Para determinação dos passivos e custos com pós-empregados relativamente ao plano de complementação de aposentadoria, foi adotado o método atuarial do crédito unitário projetado, estando apresentadas a seguir as premissas utilizadas:

	Percentual a.a.	
Hipóteses econômicas:	**2019**	**2018**
Taxa de desconto (nominal)	7,37	9,25
Taxa de retorno esperado dos ativos (nominal)	7,37	9,25
Taxa de retorno esperada dos custos com pensão	3,80	4,00
Taxa esperada de aumento salarial (nominal)	5,15	6,87
Inflação	3,80	4,00
Hipóteses demográficas:		
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84

b) Assistência médica: A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários da Bayer S.A., admitidos até 31 de dezembro de 1998. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente. A movimentação da provisão para assistência médica registrada no exigível a longo prazo foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo inicial	310.487	276.976
Benefícios pagos	(15.884)	(14.370)
Custo do serviço corrente e juros sobre a obrigação atuarial	28.932	27.380
Ganhos atuariais, líquidos	52.583	20.501
Passivo atuarial	376.118	310.487

As premissas utilizadas pelos atuários independentes para o cálculo da provisão para assistência médica estão demonstradas a seguir:

	Percentual a.a.	
Hipóteses econômicas:	**2019**	**2018**
Taxa de desconto (nominal)	7,37	9,25
Inflação médica projetada (nominal)	10,55	11,03
Inflação	3,80	4,00
Hipóteses demográficas:		
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	UP 84	UP 84

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 19 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram o aumento de capital de R$324.961, mediante a emissão de novas 252.278 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, dos créditos que as sócias detinham com a Companhia, provenientes da declaração de juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2019 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$1.633.002 representado por 2.333.152 ações ordinárias escriturais e estão distribuídas entre os seguintes acionistas:

Quantidade de ações	**2019**	**2018**
Bayer Gesellschaft für Bet. GmbH	3	3
Bayer Hispania S.L.	2.333.149	2.333.149
	2.333.152	2.333.152

b) Destinação de lucros: De acordo com o estatuto social, o lucro líquido terá a seguinte destinação: • 5% para a constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. • Dividendos mínimos calculados à razão de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404. • O saldo restante será destinado em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

	2019	**2018 (Reapresentado)**
Destinações do lucro		
Lucro líquido do exercício	595.577	510.410
Reserva legal	(29.779)	(25.521)
Base para o cálculo dos dividendos mínimos	565.798	484.889
Dividendos mínimos	141.450	121.222
Distribuição:		
Juros sobre o capital próprio (*)	167.058	382.306
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(25.059)	(57.345)

(*) Os juros sobre capital próprio distribuídos em 2018 referem-se à remuneração do capital investido pelos acionistas na Companhia, durante os períodos de 2015, de 2016, de 2017 e de 2018. **c) Outros resultados abrangentes:** Correspondem a ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no teto do ativo, retorno sobre ativos do plano de benefícios a funcionários, obrigações de aposentadoria, e saldos decorrentes da contabilidade de "hedge". **d) Lucro por ação: Básico e diluído**

	Controladora e Consolidado		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Lucro líquido do exercício	595.577	510.410	596.702
Média ponderada do número de ações	2.333.149	2.089.856	2.333.149
Lucro básico e diluído por ação	0,2553	0,2442	0,2557

20. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018 (Reapresentado)**	**2019**
Receita com vendas			
Venda de produtos	10.185.020	9.612.005	10.104.968
Prestação de serviços	188.689	176.847	188.689
	10.373.709	9.788.852	10.293.657
Deduções de vendas			
Devoluções e abatimentos	(780.016)	(865.761)	(782.105)
Programas de marketing	(622.592)	(898.354)	(740.560)
Impostos sobre vendas e serviços	(467.646)	(423.711)	(476.309)
Receita líquida	8.503.455	7.601.026	8.294.683

21. Informação sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018 (Reapresentado)**	**2019**
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados e industrialização	(5.278.549)	(5.101.866)	(5.278.549)
Custo com depreciação	(24.163)	(26.921)	(24.252)
Gastos com pessoal	(35.901)	(39.497)	(35.901)
Gastos com manutenção	(4.349)	(6.485)	(4.349)
Gastos com serviços	(45.681)	(46.919)	(46.497)
Demais gastos	(3.625)	(4.730)	(3.625)
Total do custo das vendas	(5.392.268)	(5.226.418)	(5.393.173)
Despesas com pessoal	(1.127.808)	(1.187.803)	(1.134.581)
Despesas com brindes, propaganda e marketing	(303.180)	(398.017)	(79.026)
Despesas com fretes	(140.913)	(183.560)	(140.913)
Despesas com serviços	(238.196)	(249.852)	(239.204)
Despesas com viagens e veículos	(37.078)	(33.304)	(37.078)
Depreciação e amortização	(68.851)	(78.475)	(68.889)
Despesas com manutenção	(38.085)	(41.598)	(38.085)
Despesas com contribuições, impostos e taxas	(56.091)	(53.233)	(56.091)
Despesas com seguros	(9.257)	(11.861)	(9.257)
Despesas com processos judiciais	(20.784)	(8.670)	(20.784)
Despesas com aluguéis e armazenagens	(58.607)	(62.744)	(58.607)
Despesa com simpósio, palestras e congressos	(71.922)	(56.316)	(71.922)
Despesa com meio ambiente	(22.291)	(12.499)	(22.291)
Ganhos com desinvestimentos	16.399	265.618	16.399
Outras receitas (despesas) operacionais	(115.411)	197.671	(115.411)
Total das despesas com vendas, gerais, administrativas e outras, líquidas	(2.292.075)	(1.914.643)	(2.075.740)
Total do custo das vendas, despesas com vendas, gerais, administrativas e outras, líquidas	(7.684.343)	(7.141.061)	(7.468.913)

22. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado
Receita financeira:	**2019**	**2018**	**2019**
Receitas de juros de aplicações e recebimentos em atraso	62.400	172.124	64.330
Receitas de juros sobre contas a receber - ajuste valor presente	249.889	444.154	249.889
Atualizações monetárias	83.490	27.629	83.490
	395.779	643.907	397.709
Despesa financeira:			
Despesas de juros sobre empréstimos	(247.225)	(335.261)	(247.225)
Atualizações monetárias	(91.104)	(116.271)	(91.104)
Despesas com descontos concedidos	(18.147)	(34.360)	(18.147)
Outras despesas financeiras	(44.572)	(52.554)	(44.621)
	(401.048)	(538.446)	(401.097)
Resultados cambiais:			
Variação cambial ativa	53.028	97.976	53.028
Variação cambial passiva	(30.382)	(170.246)	(30.382)
	22.646	(72.270)	22.646
Resultado de operações financeiras com derivativos:			
Posição ativa	249	114.449	249
Posição passiva	(19.242)	(53.809)	(19.242)
	(18.993)	60.640	(18.993)
Resultado financeiro, líquido	(1.616)	93.831	265

23. Instrumentos Financeiros: 23.1. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018 (Reapresentado)**	**2019**
Ativos financeiros			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	228.227	126.984	354.251
Contas a receber de clientes	3.953.209	4.532.416	3.953.209
Outros ativos	115.186	129.508	115.610
Contas a receber de clientes (CPRS)	797.635	839.649	797.635
Valor justo:			
Contas a receber de clientes (CPRS)	788.954	833.765	788.954
Instrumentos financeiros derivativos	36.604	60.431	36.604
Passivos financeiros			
Custo amortizado:			
Fornecedores	231.816	732.588	258.142
Fornecedores - partes relacionadas	745.775	763.555	632.651
Empréstimos - partes relacionadas	2.640.866	3.128.689	2.640.866
Empréstimos e financiamentos	207.768	271.150	207.768
Arrendamento mercantil	4.160	–	4.160
Outras contas a pagar	371.420	311.391	375.711
Valor justo:			
Instrumentos financeiros derivativos	62.302	4.747	62.302

Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, excluindo-se aqueles com partes relacionadas, quando comparados com os valores eventualmente obtidos em sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, existem valores a receber de/a pagar a partes relacionadas que estão registrados de acordo com as condições acordadas entre as partes. **24. Gerenciamento de Risco:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia que usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela sua matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **24.1. Risco de mercado: a) Risco cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações da Companhia que estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de "hedge", efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, a Companhia usa contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2019		**2018**	
Ativo:	**Dólares norte-americanos**	**Reais**	**Dólares norte-americanos**	**Reais**
Contas a receber - partes relacionadas	26.423	106.489	24.485	94.861
Contas a receber	–	–	126	489
Passivo:				
Fornecedores - partes relacionadas	(715)	(2.883)	(183.653)	(711.617)
Fornecedores	(3.762)	(15.165)	(2.198)	(8.518)
Exposição líquida	21.946	88.441	(161.240)	(624.785)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano (US$). A tabela a seguir detalha o impacto decorrente do aumento ou da redução de 10% no real (R$) em relação ao dólar norte-americano (US$)) 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão na data do balanço para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui as contas apresentadas a seguir. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R$) é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R$) é desvalorizado em 10% em relação à moeda em questão.

	2019
Ativo:	
Contas a receber - partes relacionadas	10.648
Passivo:	
Fornecedores - partes relacionadas	(288)
Fornecedores	(1.516)
Resultado	8.844

b) Risco de taxa de juros: Durante 2019, a exposição ao risco de variação na taxa de juros dos ativos indexados ao CDI era de R$79.309 e refere-se principalmente as aplicações financeiras, mencionados na nota explicativa nº 5. Um aumento de 10% na taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2019 geraria um ganho de aproximadamente R$470 para a Companhia. Com relação aos empréstimos, parte substancial das contratações foram realizadas com partes relacionadas, com prazo médio de 190 a 720 dias e taxas prefixadas em reais. Além dos empréstimos, a Companhia tem crédito rural com algumas instituições financeiras, com o prazo de até 365 dias e taxas prefixadas. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais inadimplências das contas a receber. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, garantias de crédito são requeridas. **d) Risco de liquidez:** O risco da Companhia é não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazos entre os recebimentos e pagamentos. O planejamento orçamentário é preparado pela área de Negócios. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta a fluxo de caixa para o período de 12 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissados, sempre com liquidez diária, e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **Tabela do risco de liquidez:** O valor contábil dos passivos financeiros não derivativos, mensurados pelo método do custo amortizado, e os correspondentes vencimentos estão demonstrados a seguir:

	2019			
	Controladora		Consolidado	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Fornecedores	231.816	–	258.142	–
Fornecedores - partes relacionadas	745.775	–	632.651	–
Empréstimos - partes relacionadas	1.810.866	830.000	1.810.866	830.000
Empréstimos e financiamentos	207.768	–	207.768	–
Arrendamento mercantil	2.795	1.365	2.795	1.365

24.2. Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir o aumento sustentável do valor da Companhia para benefício de seus acionistas mundiais através de boa liquidez e credibilidade. A busca por estes objetivos é representada pela manutenção do custo de capital, pela otimização de sua estrutura, aperfeiçoando seus fluxos de caixa bem como a gestão efetiva de toda a espécie de risco. A gestão do capital é uma função exercida pela matriz da Companhia, em sua sede em Leverkusen, na Alemanha, onde o capital é avaliado em um âmbito global. Agências comissionadas contratadas pela Companhia provêm indicadores para grau de risco financeiro, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito da Companhia. A estratégia mundial para gestão do capital da Companhia é baseada em alguns indicadores, especificamente para o indicador que compara o nível do fluxo de caixa e o endividamento - alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A estratégia consiste em manter a Companhia dentro do quadrante de Nível "A" ("best in class rating") e a preservação da capacidade de liquidez financeira. Além da utilização dos ingressos de fluxos de caixa oriundos de sua atividade operacional, a matriz da Companhia implementou ainda sua estratégia de manutenção do capital fazendo uso de veículos tais como programa de venda de pacotes de ações, aumento de capital com base nas resoluções em suas reuniões anuais com acionistas, entre outros. **24.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior, bem como na B3, "New York Board of Trade - NYBOT" e "Chicago Board of Trade - CBOT". As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos, A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

	Valor nocional	**Valor justo**
Modalidade - moeda estrangeira		
"Non deliverable forward - Exposure" - Compromissos de compra	110.792	2.098
"Non deliverable forward - Indexed Sales" - Compromissos de venda	455.397	12.699
"Non deliverable forward - CPRs" - Compromissos de venda	188.448	4.631
"Commodities"		
Contratos de futuros/opções - posição titular - venda	1.097.001	(43.310)
Contratos de futuros - B3	28.376	(1.816)

Valor justo dos instrumentos derivativos: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia: • Nível 1 - Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria. • Nível 2 - Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais as premissas são observáveis. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria. • Nível 3 - Instrumentos cujas premissas significativas não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria. **25. Garantias:** Existem garantias prestadas pela Companhia a terceiros, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:

		Controladora e Consolidado	
	Tipo da garantia	**2019**	**2018**
Crédito rural	Carta de fiança	207.768	271.150
Vendas/"Barter"	Carta de fiança/ Seguro garantia	1.760	1.033
Processos judiciais diversos	Carta de fiança	17.235	16.070
Processos judiciais diversos	Seguro garantia	993.871	638.702
Fornecimento de energia	Seguro garantia	2.485	3.193
Total		1.223.119	930.148

26. Cobertura de Seguros: A Companhia tem a política de manter apólices de seguros para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2019, cobertura de seguros contra riscos operacionais, estoques, bens do ativo permanente, lucros cessantes, entre outros no valor R$6.661.045. **27. Informações Adicionais às Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado	5.323	9.470
Aumento de capital através de capitalização dos juros sobre o capital próprio	–	324.961

28. Eventos Subsequentes: Coronavírus: A partir do dia 11 de março de 2020, dia em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a disseminação do Covid-19 (Coronavírus) como pandemia, a Companhia colocou em prática seu planejamento de gestão de crise, adotando diversas medidas preventivas e de segurança para com a sociedade, seus clientes e seus colaboradores. Dentre as principais, destacam-se a suspensão de reuniões presenciais, viagens (nacionais ou internacionais), visitas por parte das equipes de força de vendas das áreas farmacêuticas a qualquer local, incluindo hospitais, clínicas, consultórios, distribuidores, secretarias de

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

continuação

BAYER S.A. E CONTROLADAS - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

saúde e operadoras. Todos os colaboradores foram instruídos a trabalhar de casa e adotar quarentena e, na situação onde o colaborador apresente sinais de sintomas de Coronavírus, ele deve fazer uso canais de comunicação da Companhia, além de seguir os protocolos determinados pelos órgãos sanitários e de saúde. Em relação aos seus negócios, a Administração pode observar até final de março, uma operação comercial dentro das expectativas para o setor Farma. Na área de Consumo, notou-se inclusive um leve aumento nas vendas decorrente do aumento da demanda de produtos para resfriados e suplementos alimentares. Na área agrícola, a administração pode observar o final da safra 2019/2020 com uma boa performance, demonstrado através do alto e bom índice de cobrança que foi um resultado da volatilidade cambial, que impulsionou as exportações na cultura de soja, cultura essa na qual a Bayer atua fortemente. Naturalmente, ao longo do mês de abril, as operações nas áreas de Farma e Consumo já puderam observar um declínio no ritmo de suas vendas, ainda marcado por um percentual baixo mas que contudo, pode indicar uma tendência para os próximos meses. Até o momento, a organização no Brasil não identificou que tal declínio possa interferir de forma significativa nas expectativas de vendas projetadas para o exercício de 2020. Entretanto, esse estudo será concluído (e quantificado) ao longo do segundo semestre, tendo como base a performance da primeira metade do ano e a retomada na economia após o afrouxamento das medidas de isolamento social. Com relação à área agrícola, dado o momento de entressafra, bem como as vendas para "safrinha" terem ocorrido dentro de uma normalidade durante os primeiros meses do ano, não há indicadores de impacto no andamento das operações até o momento.

Diretoria

Marcos Audal Reginald Reichardt Ros - Presidente **Martin Gellert -** Chief Financial Officer **Contador** **Paulo Ricardo Brehmer Serem** - CRC nº 1SP 244.234/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Bayer S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bayer S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bayer S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** *Transações com partes relacionadas:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual informa que a Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. *Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência dos ajustes descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuas e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Fernando Augusto Lopes Silva
Contador - CRC nº 1 SP 250631/O-7

Deloitte.

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ/ME Nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 13ª EMISSÃO DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 13ª Emissão da Vert Companhia Securitizadora ("Titulares de CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 13ª Emissão da Vert Companhia Securitizadora ("Termo de Securitização"), nos termos da a Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 625"), nos termos do §2º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), nos termos do Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN veiculado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 26 de março de 2020 ("Ofício 6/2020") e nos termos da Deliberação CVM nº 848/20 ("Deliberação 848"), a reunirem-se em 1ª convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 06 de julho de 2020, às 11:00 por meio de sistema eletrônico e por meio de envio de instruções de voto, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Autorizar, sem que isso acarrete (1) descumprimento do "*Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outros Valores Mobiliários em Garantia*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), (2) inadimplemento ou Evento de Inadimplemento previsto no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures, para Colocação Privada, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da You Inc Incorporadora e Participações S.A.*" ("Debêntures", "Devedora" e "Escritura de Emissão", respectivamente), (3) vencimento antecipado das Debêntures, e/ou (4) pagamento de qualquer prêmio, pela Devedora, aos Titulares de CRI, em vista das autorizações aqui concedidas: (1) A desoneração de 6.860.505 (seis milhões, oitocentas e sessenta mil, quinhentas e cinco) de ações da Devedora pertencentes ao Sr. Abrão Muszkat, diretamente e/ou por meio de veículos de investimento de que participe, na qualidade de Outorgante ("Ações do Sr. Abrão e "Sr. Abrão", respectivamente), alienadas fiduciariamente em garantia, pelo Sr. Abrão, em favor da Emissora, na qualidade de titular das Debêntures, que serviram de lastro para os CRI, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, a fim de que parte das Ações do Sr. Abrão seja ofertada e, se for o caso, vendida, no âmbito da oferta pública de ações de emissão da Devedora, inclusive em razão do exercício das opções dos lotes adicional e suplementar ("Oferta"). *(2)* Em razão do item 1: (a) autorização irrevogável e irretratável para que a garantia prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações seja alterada, de modo que as 6.860.505 (seis milhões, oitocentas e sessenta mil, quinhentas e cinco) Ações do Sr. Abrão sejam liberadas de oneração, com os ajustes nos documentos relacionados com os CRI e as Debêntures; (b) caso a Oferta não se realize, autorização, para que nos Documentos da Operação, haja previsão de obrigação à Devedora, até a data de 30 de dezembro de 2020, de oneração das Ações do Sr. Abrão, sob pena de alteração da Remuneração de ambas as séries de CRI para: Taxa DI (conforme definida no Termo de Securitização), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 6,00% (seis inteiros por cento), ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sendo certo que em qualquer hipótese em que ocorra a Oferta, não haverá oneração de Ações do Sr. Abrão remanescentes; **(ii)** Autorizar a alteração do prazo do Período de Carência Resgate Antecipado (conforme definido no Termo de Securitização), de 24 (vinte e quatro) para 7 (sete) meses, contados a partir da Primeira Data de Integralização (conforme definido no Termo de Securitização), exclusivamente na hipótese de realização de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado no qual não será permitida a realização de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado (conforme definido no Termo de Securitização), consignando-se que: (1) Caso aprovada a alteração do Período de Carência Resgate Antecipado, na presente proposta, a Devedora pretende realizar, observadas as condições de mercado, Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, sendo certo que, caso aceita a oferta, cada Titular de CRI poderá decidir, alternativamente, pelas 2 (duas) opções abaixo apresentadas: i. Opção 1: Realização, pela Devedora, de resgate antecipado das respectivas Debêntures e, portanto, dos CRI ("Oferta de Resgate"), com acréscimo de determinado prêmio de resgate ("Valor de Resgate"), em até 60 (sessenta) dias após a realização da Oferta, sendo certo que a publicação de edital de convocação para realização desta Oferta de Resgate deverá ser feita de modo que o pagamento ao Titular de CRI que optar por esta opção, seja realizado em prazo anterior ao período de 60 (sessenta dias) dias aqui expresso; ou ii. Opção 2: Continuação como Titular de CRI, sendo certo que todas as deliberações e aprovações mencionadas neste edital serão mantidas. **(iii)** Caso aprovadas as matérias acima indicadas, autorização para que sejam aditados os Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização), para, inclusive, sem limitação, a Cláusula 6.30.2, itens "(v)" e "(vi)", da Escritura de Emissão, a Cláusula 7.3.6, itens "(v)" e "(vi)", do Termo de Securitização e as Cláusulas 1.1 e 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de modo a: **(i)** esclarecer que não haverá vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente, o dos CRI, nem seu inadimplemento, o fato de o Sr. Abrão não ser mais titular da maioria das ações votantes da Companhia; **(ii)** alterar a quantidade das Ações do Sr. Abrão alienadas fiduciariamente no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; **(iii)** incluir o conceito de *"Participação Relevante"* para constar a redação abaixo transcrita, de modo a elucidar que as hipóteses de vencimento antecipado mencionadas a Cláusula 6.30.2, itens "(v)" e "(vi)", da Escritura de Emissão e a Cláusula 7.3.6, itens "(v)" e "(vi)", do Termo de Securitização ocorrerão somente se: **(a)** houver redução da Participação Relevante, direta ou indiretamente; ou **(b)** o Sr. Abrão deixe de ser titular de Participação Relevante, havendo assim, substituição, nestas cláusulas, do conceito de "Controle" para "Participação Relevante"*; e* **(iv)** alterar o conceito de *"Período de Carência Resgate Antecipado"* para constar a redação abaixo transcrita, de modo a distinguir o Período de Carência Regate Antecipado em caso de **(a)** Resgate Antecipado Facultativo; e **(b)** Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; "*Participação Relevante": Significa o percentual mínimo de ações da Devedora, detidas pelo Garantidor, apurada imediatamente após a realização de oferta pública de ações de emissão da Devedora, inclusive após o exercício de eventuais opções de lote adicional ou suplementar; "Período de Carência Resgate Antecipado": Significa: (i) em caso de Resgate Antecipado Facultativo, o período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da Primeira Data de Integralização, no qual não será permitida a realização de Resgate Antecipado Facultativo; ou (ii) no caso de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, o período de 7 (sete) meses contados a partir da Primeira Data de Integralização, no qual não será permitida a realização de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;* Informações Gerais aos Titulares de CRI: (i) Devido ao aumento do número de casos do vírus denominado COVID-19 na cidade de São Paulo, e, em linha com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Ofício- 6/2020, objetivando evitar aglomerações, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Instrução CVM 625, a AGT será realizada de modo parcialmente digital, sendo admitida a participação e o voto durante a AGT por meio de sistema eletrônico. Ademais, a AGT será disponibilizada por vídeo conferência, via plataforma eletrônica, conforme previsto no §2º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Instrução CVM 625, sendo a assinatura da ata realizada digitalmente, conforme previsto no artigo 121 e parágrafo único do artigo 127 da mesma Lei. **(ii)** Nos termos do artigo 4º, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 625, o Titular de CRI que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item (iii) abaixo em até 2 (dois) dias antes da realização da AGT. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo terceiro, da Instrução CVM 625: **(iii)** Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item **(ii)** anterior e **(iv)** posterior, os Titulares de CRI deverão encaminhar, à Emissora e Agente Fiduciário, para os e-mails juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com e assembleias@pentagonotrustee.com, cópia dos seguintes documentos: (1) quando pessoa física, documento de identidade; *(2)* quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e *(3)* quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGT, obedecidas as condições legais. **(iv)** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGT, os documentos mencionados no item **(iii)** acima podem, a critério do Titular de CRI, ser depositados na sede da Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da referida AGT; e **(v)** Nos termos do artigo 3º, inciso I da Instrução CVM 625, os Titulares de CRI poderão enviar sua Instrução de Voto previamente à AGT, devendo, para tanto, preencher o modelo da Instrução de Voto, disponível no link: https://www.vert-capital.com/emissoes.html. **(vi)** Os Titulares de CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica previamente à AGT, por meio do envio de procuração com orientação expressa de voto nos exatos termos da ordem do dia, em que o Titular de CRI deverá orientar expressamente o procurador a votar favoravelmente, contrariamente ou abster-se quanto à matéria da ordem do dia. Referida procuração deverá ter sua cópia digitalizada enviada por correio eletrônico para juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com e assembleias@pentagonotrustee.com, até o horário da AGT, e deverá ser acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono bancário ou assinatura eletrônica. Referidas orientações expressas de voto recebidas regularmente por e-mail, conforme os termos acima estipulados, serão computadas para fins de apuração de quórum, o qual que levará também em consideração eventuais votos proferidos durante a AGT; **(vii)** Após o horário de início da AGT, os Titulares de CRI que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGT, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. Caso não seja possível manifestar seu voto por meio da plataforma eletrônica de realização da AGT, o Titular de CRI poderá manifestar seu voto por correio eletrônico enviado para: juridico.ops@vert-capital.com, ri@vert-capital.com e assembleias@pentagonotrustee.com. Informações adicionais sobre a AGT ora convocada e a matéria constante da ordem do dia acima podem ser obtidas junto à Emissora, localizada na cidade de São Paulo/SP. São Paulo, 20 de junho de 2020 - **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

D2P Participações S.A.

C.N.P.J.: 35.297.729/0001-56

Exercícios Findos - Balanço Patrimonial em 31/12/2019

Balanço Patrimonial

Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
Ativo	1.993.400,24d	Passivo	1.993.400,24c
Ativo Circulante	1.193.400,24d	Patrimônio Líquido	1.993.400,24c
Disponível	1.193.400,24d	Capital Social	2.001.000,00c
Ativo Não Circulante	800.000,00d		
Investimentos	**800.000,00d**	**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	**7.599,76d**

Demonstração do Resultado

Descrição	Saldo Atual
Receita Líquida	–
Lucro Bruto	–
Despesas Operacionais	(7.600,00)
Despesas Administrativas	(7.600,00)
Receitas Financeiras	0,24
Resultado Operacional	(7.599,76)
Resultado Antes do IR e CSL	(7.599,76)
Prejuízo do Exercício	**(7.599,76)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado Autorizado			
	Capital Social	Capital a Integralizar	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Ajustes de Exercícios Anteriores	–	–	(7.599,76)	**(7.599,76)**
Aumento de Capital	2.010.000,00	(9.000,00)	–	**2.001.000,00**
Saldo em 31/12/2019	**2.010.000,00**	**(9.000,00)**	**(7.599,76)**	**1.993.400,24**

Fluxos de Caixa - Método Indireto

Atividades Operacionais	
Resultado do período	(7.599,76)
Lucro operacional bruto antes das mudanças no capital de giro	(7.599,76)
Caixa proveniente das operações	(7.599,76)
Fluxo de caixa antes dos itens extraordinários	(7.599,76)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(7.599,76)
Aumento nas disponibilidades	(7.599,76)
Disponibilidades - no Final do Período	**1.000,00**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019. Totalizando no ativo e passivo: R$ 1.993.400,24 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos reais e vinte e quatro centavos).

Acionistas

Jaquelyne Araujo Abrahim - CPF: 369.269.778-36.
Paul Erik Schabbel - CPF: 127.036.208-96

Contador

Diego Cesar Bogoni
CRC - SP nº 264382 CPF: 295.858.578-63

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente